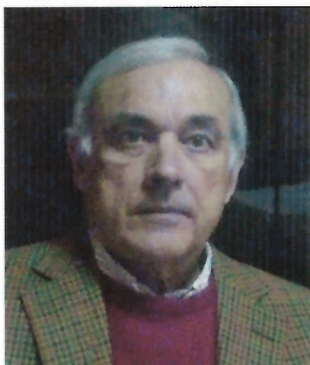


MODERAÇÃO – 1º PAINEL



Manuel Chaveiro Soares

Eng. Agrónomo, Ph.D., Agreg.

Senti-me privilegiado ao receber o honroso convite que o meu amigo e colega Pedro Folque teve a gentileza de me dirigir para moderar, dentro das minhas limitações e insuficiências, este 1º Painel das V Jornadas de Alimentação Animal, promovidas pela Secção de Fabricantes de Pré-Misturas (SFPM), no âmbito da Associação dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais (IACA), contando com a participação de distintos académicos e investigadores do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV), numa aproximação às empresas que reputo interessante para todos. De salientar que nem sempre a Universidade reconhece o esforço despendido pelos seus docentes em prol das empresas, o que ainda mais valoriza a presença dos ilustres conferencistas que hoje nos honram com a sua participação nas presentes Jornadas.

Antes de ter o privilégio de apresentar cada um dos distintos conferentes, e sem pretender, de modo algum, minimizar a importância da nutrição e da alimentação – não só no desempenho zootécnico e na eficiência económica das explorações pecuárias, mas também na qualidade dos géneros alimentícios de origem animal, no bem-estar animal e no ambiente –, tomo a liberdade de iniciar a minha despretenhosa introdução afluando, sumariamente, alguns temas que considero relevantes para o futuro da produção animal no Mundo e em Portugal.

Em primeiro lugar sublinharia o enorme incremento previsto para a procura mundial de géneros alimentícios de origem animal, mormente por parte da crescente classe média dos países emergentes e a importância que a ciência e a tecnologia assumem em ordem à satisfação da referida procura, considerando as limitações de alguns factores de produção – com sublinhado para a terra e a água – e os impactos no ambiente. Múltiplas áreas científicas serão chamadas para dar uma resposta de ampla dimensão, com relevo para o melhoramento genético, a nutrição e a sanidade de plantas e animais.

No entretanto, todavia, estamos inseridos num mercado cada vez mais globalizado, e, portanto, mais competitivo, com a agravante de não serem idênticos os condicionalismos a que estão sujeitos os agentes económicos de todos os países.

Como sabemos, a União Europeia apresenta algumas debilidades – com ênfase para a dependência proteica, nomeadamente de bagaço de soja – e retira competitividade aos produtores pecuários, designadamente estabelecendo múltiplos requisitos não raro extremamente exigentes e sem paralelo fora do espaço comunitário, nomeadamente no âmbito da nutrição, do bem-estar animal, do ambiente, e da legislação laboral; de notar que a forte regula-

ção comunitária não raro fundamenta-se em preconceitos e mitos, sem ter em conta a evidência científica. Acrescem, nalguns países europeus, relações comerciais muito penalizadoras para os fornecedores, designadamente de bens alimentares de origem animal, às grandes cadeias de distribuição. Considero importante que os produtores portugueses e, principalmente, as suas associações profissionais, participem na discussão dos grandes temas que preocupam os seus congéneres da União Europeia. Mas, na minha modesta opinião, convém dar prioridade aos problemas que mais nos afectam de modo particular, como são, por exemplo, as questões indicadas em seguida: i) controlo da qualidade das matérias-primas utilizadas nos alimentos compostos para animais produzidos em Portugal, o que já vem sendo feito através do programa QUALIACA, promovido pelo IACA com o apoio da Autoridade competente; ii) relações com as cadeias de distribuição alimentar, em especial no tocante às incansáveis promoções que tanto desestabilizam os preços e assim prejudicam severamente os diferentes agentes económicos que integram as fileiras pecuárias; iii) relações com as autoridades oficiais que mais directamente interferem na produção animal, em ordem a uma adequação, tanto quanto possível, das directivas comunitárias à realidade portuguesa, ou mesmo colmatando com razoabilidade algumas lacunas.

A propósito do que precede e a título ilustrativo, apresento em seguida um exemplo de cadente actualidade e que estou convicto que a Autoridade Nacional competente estará receptiva a estudar a possibilidade da sua revisão. Refiro-me às contaminações cruzadas inevitáveis com os coccidios-táticos e aos limites máximos de resíduos (LMR) em espécies não alvo. De salientar que tais limites não existiram durante longos anos. Foi na sequência da visita efectuada pelo Comissário Europeu da Saúde, a um aviário português, em 2007, que tais limites vieram a ser fixados pela primeira vez. Ulteriormente foram revistos em alta, se bem que ainda para um teor muito baixo e amplamente desfasado do autorizado nos animais alvo, como é o caso, por exemplo, do coccidiostático nicarbazina (com elevada carga eléctrica): 300 versus 15 000 µg por kg de fígado fresco, respectivamente de aves que não sejam frangos de engorda e frangos de engorda – uma situação que, por um lado, se revela discrepante em termos de risco para o consumidor, e muito em especial se considerarmos o ADI (*acceptable daily intake*), e, por outro lado, em muitas fábricas portuguesas, cria uma dificuldade ao fabrico e transporte a granel de alimentos compostos destinados a espécies não alvo.